



Associação Nacional de Professores

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República Portuguesa
Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Braga, 04 de janeiro de 2019

N/Ref.ª 004/GP/2019

Assunto: Contabilização do tempo de serviço docente/retomar das negociações

Excelência,
Apresentamos os nossos mais respeitosos cumprimentos,

Face ao retomar das negociações determinadas, a Associação Nacional de Professores, vem muito respeitosamente no exercício das suas atribuições, prestar novamente o seu contributo relativamente à recuperação integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente, a qual esteve suspensa na sua contagem durante o período: 30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007, inclusive, 1 de janeiro a 2011 a 31 de dezembro de 2017, inclusive.

Assim, somos a formular a seguinte proposta:

- 1 – Contagem integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente nos supra referidos períodos;
- 2 – Que a aposentação ordinária dos docentes possa ocorrer aos 36 anos de serviço efetivo ou 60 de idade, salvaguardando um regime de exceção para os grupos de docência 100 e 110, permitindo-lhes ter direito a uma aposentação ordinária e voluntária, nos exatos termos e condições da Lei nº 77/2009 de 13 de agosto, sem qualquer penalização, designadamente, no momento em que perfaçam 57 anos de idade e completem 34 anos de serviço efetivo, face à desigualdade existente na carga letiva e correspondentes reduções ao longo da carreira docente;
- 3 – Sendo atualmente exigível a idade 66 anos e 5 meses para efeitos de aposentação voluntária sem qualquer penalização, propomos que todo o tempo de serviço prestado entre os dias 30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007, 1 de janeiro a 2011 a 31 de dezembro de 2017, o qual corresponde a nove anos, quatro meses e dois dias seja apurado do seguinte modo: 2 anos 9 meses e 18 dias são contabilizados como tempo de serviço efetivamente contado para efeitos de progressão na carreira, e os restantes a serem considerados para efeitos de antecipação da idade de reforma, sendo que, para minimizar os possíveis efeitos financeiros desta medida, existir a possibilidade de os docentes continuarem a descontar para a Caixa Geral de Aposentações até à idade estabelecida para a mesma, ou até uma data a negociar.

Gratos pela atenção dispensada, renovamos os nossos melhores cumprimentos,

A Presidente da Associação Nacional de Professores,

(Paula Figueiras Carqueja)